



Educação e Inclusão: garantia de direitos na modernidade líquida

Paula Corrêa Henning

RESUMO – Educação e Inclusão: garantia de direitos na modernidade líquida.

O presente artigo problematiza o discurso da Inclusão nos espaços escolares na atualidade. Busca evidenciar traços da episteme moderna que, ainda hoje, serve de solo positivo para composição dos saberes e da moral operados pela Educação. Trata-se de uma figura hegemônica e emblemática ao falarmos em modernidade: a Igualdade. Provoca o pensamento acerca de novas configurações nessa episteme e problematiza discursos atuais da Igualdade, como a Inclusão nos espaços escolares em tempos de Modernidade Líquida. As Ciências Humanas com a produção de saberes legítimos vai compondo um campo de visibilidade ao discurso da Igualdade encarnado na proliferação do discurso de uma *escola para todos*.

Palavras-chave: **Ciências Humanas. Educação. Episteme Moderna. Igualdade. Inclusão Escolar.**

ABSTRACT – Education and Inclusion: guaranteeing rights in the liquid

modernity. The present article problematizes the discourse of Inclusion in the school spaces nowadays. It aims to show features of the modern episteme that, even today, serves as a positive ground for the composition of the knowledge and moral operated by Education. This is a hegemonic and emblematic figure, when we talk about modernity: the Equality. It provokes reflection about new configurations in this episteme and problematizes current discourses of Equality, such as Inclusion in the school spaces in times of Liquid Modernity. Human Sciences, with the production of authentic knowledge, are forming a visibility field for the Equality discourse embodied in the proliferation of the discourse of a *school for everybody*.

Keywords: **Human Sciences. Education. Modern Episteme. Equality. School Inclusion.**

A crítica aos ideais modernos é uma marca nos escritos de Nietzsche e de Foucault. Instigada pelo pensamento desses dois autores, busco traçar esse texto tendo na figura emblemática da Igualdade um contendor à altura para provocar uma prática de guerra, no sentido nietzscheano (Nietzsche, 2003).

Como um dos fortes slogans da Revolução Francesa, a Igualdade demarca um acontecimento produto dos ideais Iluministas. Marca a história do ocidente, traçando princípios universais na busca do bem para coletividade. Um lema que caracteriza a Revolução de 1789 e traz lutas que intentam a garantia por direitos iguais. Tal revolução pretendia o fim da guerra, “[...] a fraternidade dos povos e floridas efusões universais” (Nietzsche, 2001, p. 264). Neste texto, estimulada por Nietzsche, pretendo evidenciar que a luta revolucionária do século XVIII anulou o combate, as relações de força, silenciando alguns a favor do *bem universal*.

Como o próprio filósofo nos mostra em seus ensinamentos sobre a prática de guerra, somente podemos guerrear com causas vencedoras. E não há dúvida de que a Revolução Francesa foi uma causa vencedora. Por isso, instigada com o pensamento do filósofo, travo um duelo de combate com essa figura emblemática de Modernidade do século XVIII. Neste texto, tomo a Igualdade como emblema do mundo contemporâneo, evidenciando os discursos e seus efeitos no campo da Educação.

Entendo que a figura emblemática da Igualdade compõe um campo de visibilidades possíveis dentro da episteme moderna. Assim, é importante rastreamos o solo positivo do qual faz parte esses discursos tão caros à tradição iluminista.

Uma episteme, ordenando e validando seus discursos, cria um campo das possibilidades e impossibilidades de nossas vontades de saber. Se hoje pensamos na sociedade como um espaço que deve ser de igualdade, por exemplo, é porque esse solo é criado pela episteme que nos abriga. Os efeitos de uma determinada episteme são sentidos sempre em dois âmbitos, influenciando a vida social. Por um lado, determinam uma *política* e por outro, uma *ética*. Como política, esses efeitos interferem na maneira como se dá o governo da população, da coletividade, da cidade¹. Como ética, interferem nos modos de governo dos sujeitos sobre suas próprias existências. Essas duas dimensões estão permanentemente conectadas, de modo que a produção do mundo da vida se dá numa tensão entre a política e a ética produzidas em determinada episteme. Falar dos nexos da episteme com a própria criação da modernidade (ética e política) equivale a fazer-se a pergunta trazida por Foucault no prefácio de *As Palavras e as Coisas*: “Que coisa, pois, é impossível pensar, e de que impossibilidade se trata?” (Foucault, 2002a, p. IX)².

Foucault, ao apresentar a taxinomia dos animais do texto de Borges, nos coloca a pensar o quanto estamos submetidos àquilo que ele chamará de Pensamento do Mesmo. “Esse texto de Borges fez-me rir durante muito tempo, não sem um mal-estar evidente e difícil de vencer” (Foucault, 2002a, p. XII). O mal-

estar de que fala Foucault parece responder a essa dificuldade que temos de tratar aquilo que foge aos modos hegemônicos de ordenar e de validar os saberes na Modernidade. Para todo pensamento existem regras de formação do pensar. A tal impossibilidade sobre a qual Foucault se pergunta parece estar relacionada à tentativa de pensar na exterioridade da regra. Talvez o que cause estranhamento nesse texto de Borges – para nós, que o lemos com os olhos modernos – seja a impossibilidade de localizar com precisão a taxinomia de que trata, tornando-o impossível de ser lido e compreendido sem algum mal-estar. É a falta do solo, da ordem, da superfície comum. “Um solo. Um regime de regras. Uma pontualidade regida pelo tempo [...] Enfim, trata-se aqui de um recuo desde onde o que é pensado se faz valer enquanto tal” (Queiroz, 2004, p.49). Creio que pensar fora dessa ordem discursiva é difícil para nós. A impossibilidade a que se refere Foucault parece ser a de pensarmos outras formas de ser, estar e viver no mundo contemporâneo que não a forma convencional dada pela moral moderna.

Assim, os modos de pensar resultam de uma tensão dos modos de saber hegemônicos com modos de saber que escapam à convenção, tornando possível, mas ao mesmo tempo difícil e arriscado, pensar em dissonância ao já sabido. Isso me leva a pensar que muitos dos discursos contemporâneos servem ainda a uma ordem discursiva fundamentalmente moderna. Através de valores pré-estabelecidos por essa episteme, muitos discursos educacionais fazem-nos crer que esses ideais são os melhores, os mais dignos de seguirmos, sendo necessário vivermos a partir dessas verdades para olhar o mundo e torná-lo mais justo, humano e melhor. Mas percebo nesses discursos, por vezes, marcas de um projeto oficial da Modernidade e, por outras vezes, marcas de uma Modernidade em que parecem evanescer muitas das sólidas certezas produzidas.

Por isso, quero aproveitar para trazer algumas ideias do sociólogo polonês contemporâneo Bauman³. É ele que, na correnteza com Foucault, fez-me pensar acerca dos atravessamentos que hoje vivemos, ainda em uma sociedade moderna, mas que apresenta traços delineados não apenas por seu projeto inicial.

Ao longo de toda Modernidade traçamos a busca pela modernização, pelo progresso do mundo. O rompimento da hegemonia dos saberes e das narrativas míticas, das referências teológicas clássicas e todas as metanarrativas transcendentais, fez-nos alcançar uma nova ordem, querendo colocar as verdades consolidadas em questão para redesenhá-las sob a perspectiva da filosofia e da ciência racionalistas. Nesse projeto inicial, chamado por Bauman (2001) de Modernidade Sólida, a proposta era derrubar os grandes ideais até então vigentes, querendo instaurar outros grandes ideais em seus lugares: no lugar de Deus, o homem racional, por exemplo. A tentativa do Projeto Oficial da Modernidade era “[...] descobrir ou inventar sólidos de solidez ‘duradoura’, solidez em que se pudesse confiar e que tornaria o mundo possível e, portanto, administrável” (Bauman, 2001, p. 10). [grifo do autor]. Assim, o exercício da dúvida e do questionamento era desejável na direção exclusiva da derrubada

de algumas verdades para consolidação de outras, ainda mais perfeitas e acabadas.

Mudanças nesse projeto, designado por Bauman como Modernidade Sólida, o que venho chamando de Projeto Oficial da Modernidade, levaram-me na direção de outro tipo ou consistência de Modernidade, chamado por ele de Modernidade Líquida. A metáfora, muito ilustrativa, refere-se ao momento atual, a essa nova fase na história da Modernidade, inaugurada especialmente pelas mudanças no capitalismo industrial que, assumindo novas configurações, nos leva a outros modos de organização social. A gana pela novidade, pela mudança, pela transformação, em grande parte decorrente dos avanços de natureza tecnológica de uma sociedade dita pós-industrial, está presente em nosso tempo. No entanto, a mudança parece ter se tornado não apenas a tentativa de trocar novamente de ideais, mas implica uma espécie de compulsão à mudança, na qual o que vale é a permanente liquidez dos ideais que estão sempre em vias de desfazer-se. Por isso, para ele, estamos num estado de fluidez. “Os fluidos se movem facilmente. Eles ‘fluem’, ‘escorregam’, ‘respingam’, ‘transbordam’, ‘vazam’, ‘inundam’, ‘borrifam’, ‘pingam’; são ‘filtrados’, ‘destilados’; diferentemente dos sólidos, não são facilmente contidos” (Bauman, 2001, p. 8). [grifos do autor]. As transformações sociais, culturais, econômicas, políticas apresentadas por nossa sociedade refletem a mudança de uma nova ordem, através da flexibilização como principal característica desse novo tempo. Um tempo em que as transformações acontecem sem pedir licença, em que se exige a flexibilização na nossa forma de ser, viver e estar no mundo como pessoa e como profissional.

Assim, se em um determinado momento – ainda não superado completamente – buscávamos incessantemente um padrão estabelecido com margens rígidas, hoje o padrão que buscamos é aparentemente fluido, que nunca cessa de mudar e de exigir permanentemente novas configurações. De qualquer forma, ainda existem margens, por vezes mais rígidas, por vezes mais fluidas, mas que, de um jeito ou de outro, delimitam nossas formas de ser, estar e agir neste mundo. Isso não garante, como se pôde pensar romanticamente em um determinado momento, que o elogio da mudança seja a garantia de efetiva transformação para melhor ou de maior liberdade na criação de nossos modos de existir. O que experimentamos é uma aceleração das mudanças formais que nem sempre altera o caráter mais original da própria modernidade.

Como sugere Bauman (2001, p. 36):

A sociedade que entra no século XXI não é menos *moderna* que a que entrou no século XX; o máximo que se pode dizer que ela é moderna de um modo diferente. O que a faz tão moderna como era mais ou menos há um século é o que distingue a modernidade de todas as outras formas históricas do convívio humano: a compulsiva e obsessiva, contínua, irrefreável e sempre incompleta *modernização*; a opressiva, e inerradicável, insaciável sede de destruição criativa (ou a criatividade destrutiva, se for o caso: de *limpar o lugar* em nome de

um novo e aperfeiçoado projeto: de *desmantelar, cortar, defasar, reunir* ou *reduzir*, tudo isso em nome da maior capacidade de fazer o mesmo no futuro – em nome da produtividade ou da competitividade). (Bauman, 2001, p.36). [grifos do autor].

Com essa aproximação ao pensamento de Bauman, busquei compor este estudo, tratando não somente daquela configuração mais dura ou típica da modernidade inicial, industrial, política e eticamente determinada pelas mudanças do século XVII, mas também de formas contemporâneas de modernidade, onde a busca pela flexibilização e pela fluidez das formas não garantiu a inauguração de uma nova episteme.

Assim, o ideal moderno de Igualdade é um princípio da Ética Moderna, em relação direta com sua própria episteme, seja em uma configuração mais dura ou mais líquida de tal solo positivo. Vale reafirmar que os efeitos de sentido produzidos por esses discursos não repercutem apenas no plano discursivo, mas geram efeitos extradiscursivos no plano da ética e da política, já que são eles os discursos autorizados a intervirem sobre a realidade com a legitimidade de um modo *adequado* de saber, de conhecer, enfim, de *fazer ciência*. Uma ordem discursiva que faz o tema da igualdade ser tratado como questão indispensável em nossos dias e que determina certo modo de tratamento da igualdade que a faz tornar-se valor fundante dos modos de existir na atualidade.

A tentativa de *garantir* a igualdade de todos, um discurso atual em Educação, através da exigência de que todos *devam* estar na escola e ser tratados como iguais, acabam por se constituir em uma espécie de risco de homogeneização que pode levar exatamente na direção oposta à desejada, ou seja, um enfraquecimento das afirmações das diferenças e singularidades. Concordando com a suspeita de Nietzsche (2001, p. 177), percebo o quanto a tentativa de igualar a todos, de buscar a tão sonhada igualdade, “[...] enxugar semelhanças e fabricar igualdades [pode ser] característica de olhos fracos.”

Paradoxalmente, tal princípio acaba por produzir o seu avesso, uma espécie de supressão das diferenças que deveriam garantir aquilo que escapa à norma, que escapa ao Mesmo, nas palavras de Foucault (2002a). Contemporaneamente, a discussão da Igualdade, como valor ideal da modernidade é pautada pela garantia de direitos e encarnada na proliferação constante dos discursos da Inclusão escolar. Assim, temos uma série discursiva que conecta três elementos: a Igualdade como figura hegemônica de modernidade, o discurso da garantia de direitos na sociedade contemporânea e os discursos da Inclusão no campo educacional.

Percebo que os discursos da inclusão funcionam pela ativação do princípio da igualdade humana em geral e da igualdade de direitos perante a lei. No entanto, a garantia dessa igualdade, dada tanto no primeiro quanto no segundo caso, implica abrir mão de algumas condições de singularidade das vontades, dos comportamentos, dos modos de expressão, de tal forma que se estabelece uma espécie de *contrato* de igualdade, no qual o preço cobrado é certa

homogeneidade não natural e eventualmente um aplainamento das diferenças. Em última instância, esse “[...] pensamento moderno avança naquela direção em que o outro do homem deve tornar-se o Mesmo que ele” (Foucault, 2002a, p. 453).

Assim, para Nietzsche a igualdade é uma astúcia dos fracos para se manterem em condição de equivalência. Na vida pública, então, criamos estratégias para organizar a vida de modo a garantir a todos os mesmos direitos. Para isso, precisamos nos fazer parecidos, que sejamos iguais perante a lei, expurgando tudo aquilo que é da ordem da diferença mais radical, que coloque em xeque a nossa tão desejada condição de *irmãos*. Não quero com isso fazer a defesa de uma sociedade sem alguns parâmetros de regulação da ordem social, mas mostrar como esse mecanismo de regulação das diferenças acaba por cobrar um preço que, em alguma medida, frustra os próprios ideais libertários da Modernidade.

Vejo, com isso, a igualdade muito mais como uma estratégia que longe de resolver as desigualdades, funciona como um contrato que estabelecemos para tentar equalizar o mundo. O fato de essa utopia de igualdade não se realizar completamente não a livra de produzir efeitos. Pelo contrário. Tanto produz efeitos que continua fabricando discursos proferidos como imprescindíveis para vivermos no mundo atual.

Se em um determinado momento vimos eclodir projetos de ação coletiva, com grandes ideais consolidados no início da episteme moderna: a ciência, como reveladora da Verdade e a universalização da educação escolar, para emancipar a todos, hoje esses projetos parecem, no mínimo, perder força em tempos líquidos. Havia projetos e ações coletivas claras e objetivas que buscavam uma sociedade justa com base no princípio da razão esclarecida. Esse desdobramento político dos ideais kantianos de autonomia pela razão fez com que a sociedade se organizasse em torno de utopias coletivas, de projetos político-sociais com pretensões universalizantes e duradouras. Vale lembrar que a filosofia transcendente de Kant, na qual se encontra o elogio da razão, é indicada por Foucault (2002a) como uma das forças que compõem o *a priori* histórico das Ciências Humanas e da qual essas últimas acabam refêns.

O que as análises de Bauman (2001) mostram – entre tantos outros autores que se dedicam ao tema – é o fato de vivermos um momento em que esses projetos coletivos se esvaem, perdem força, em favor de uma lógica de individualização também ela universal. Os projetos que hoje vemos eclodir em nosso mundo são projetos individuais, projetos, como quer Bauman, dos “direitos humanos” e não mais os grandes e unificados projetos coletivos de “bem comum”. O que importa agora é garantir a liberdade individual do sujeito, oportunizando margens mais fluidas para escolhas de como gerenciar a sua própria vida. Garantimos, nessa Modernidade Líquida, os direitos de pequenos grupos, pequenas comunidades, os direitos à autodeterminação. Como quer o próprio autor, vivemos um mundo no qual

[...] estamos passando de uma ‘era de grupos de referência predeterminados’ a outra de ‘comparação universal’, em que o destino dos trabalhos de autoconstrução individual está endêmica e incuravelmente subdeterminado, não está dado de antemão (Bauman, 2001, p.14) [grifos do autor].

A preocupação predominante não está mais tão ligada ao *bem geral*, ao *bem comum* do povo, mas das comunidades que vão se produzindo como guetos, como subculturas, pequenos grupos culturais autodeterminados eticamente e que reivindicam seus *direitos* de existir com suas *diferenças*. Os sujeitos podem fazer escolhas em sua vida, porém desde que não haja perturbação no direito de os outros sujeitos também serem respeitados em suas escolhas individuais. Curiosamente essa *liberdade* de autoconstituição surge como uma prescrição geral, com pretensões universais, reduzindo de certo modo a importância ou o sentido político de afirmação das diferenças. A norma é ser diferente.

A capacidade auto-assertiva de homens e mulheres individualizados deixa a desejar, como regra, em relação ao que a genuína autoconstituição requereria. Como observou Leo Strauss, o outro lado da liberdade ilimitada é a insignificância da escolha, cada lado condicionando o outro: por que cuidar de proibir o que será, de qualquer modo, de pouca consequência? Um observador cínico diria que a liberdade chega quando não faz mais diferença. Há um desagradável ar de impotência no temperado caldo da liberdade preparado no caldeirão da individualização; essa impotência é sentida como ainda mais odiosa, frustrante e perturbadora em vista do aumento de poder que se esperava que a liberdade trouxesse (Bauman, 2001, p. 44).

Essa modificação de um modelo de sociedade justa, como projeto coletivo e unificado para um mundo que garante os direitos humanos individuais, toma pelo avesso o projeto oficial moderno, mas, de qualquer forma, não rompe com aquilo que lhe caracteriza mais genuinamente, ou seja, o desejo de universalização. Em tempos de Modernidade Líquida, a preocupação refere-se a uma sociedade organizada pela individualização. Uma sociedade que busca garantir as liberdades individuais. No momento em que se garante o individualismo, se expurga de certo modo a alteridade, mas aqui de uma outra maneira, diferente daquela anunciada pelos ideários da igualdade: reconhece-se o Outro, mas reduz-se a potência de afecção dessa diferença. Busca-se garantir o direito às escolhas individuais das formas de viver, sem a preocupação direta da interferência disso sobre a vida coletiva.

Assim, consolida-se também uma espécie de homogeneidade, mas não mais aquela em que todos devem igualar-se pelas semelhanças. Pode-se ser diferente, afirmar as singularidades, mas garantida a pretensa autonomia individual. Um convívio com as diferenças, no qual o Outro já não provoca necessariamente mudanças na minha forma de viver, de me relacionar e, aqui especialmente tratando dos discursos da Inclusão Escolar, na minha forma de aprender.

Qual é o sentido de *interesses comuns* senão permitir que cada indivíduo satisfaça seus próprios interesses? O que quer que os indivíduos façam quando se unem, e por mais benefícios que seu trabalho conjunto possa trazer, eles o perceberão como limitação à sua liberdade de buscar o que quer que lhes pareça adequado separadamente, e não ajudarão. As únicas duas coisas úteis que se espera e se deseja do *poder público* são que ele observe os *direitos humanos*, isto é, que permita que cada um siga seu próprio caminho, e que permita que todos o façam *em paz* – protegendo a segurança de seus corpos e posses, trancando criminosos reais ou potenciais nas prisões e mantendo as ruas livres de assaltantes, pervertidos, pedintes e todo tipo de estranhos constrangedores e maus (Bauman, 2001, p. 45) [grifos do autor].

Ao aproximar essa ideia do campo educacional na atualidade, percebo o quanto as políticas públicas estão justificadas pela garantia dos direitos humanos. Quando os discursos oficiais da Educação atendem aos interesses de universalização do acesso à escola, um direito e ao mesmo tempo obrigação dos indivíduos e dos responsáveis pelas crianças em idade escolar, a preocupação não é, tão somente, com o bem comum da sociedade, mas também com uma espécie de controle social que dá a *cada um o seu lugar*.

A responsabilidade do Poder Público em tempos líquidos é criar, então, mecanismos de Inclusão, organizando a sociedade de forma que todos estejam incluídos em seus devidos lugares, de modo que ninguém crie transtorno à ordem coletiva. Essa ordem coletiva da Modernidade Líquida equivale às pretensões do bem comum da Modernidade Sólida ou, em outras palavras, do grande projeto de universalização próprio da Modernidade. Porém, essa nova ordem, se instaura não pela busca de uma sociedade justa garantida pelo exercício da razão universal como outrora, mas uma sociedade em que seja garantida a tranquilidade individual de cada um criar seus próprios modos de vida.

É evidente nos discursos atuais da Inclusão Escolar uma exaltação à diferença como valor associado à garantia de autoafirmação, em que o sujeito incluído mais do que ser tratado e aceito como diferente, deveria poder afirmar seu modo particular de existir, sem que isso coloque em discussão o bem geral ou projetos para a coletividade.

É garantido ao anormal ser diferente quando ele entra em um aparato escolar institucionalizado, no qual a diferença garantida é, ao mesmo tempo, a reafirmação, por contraste, da normalidade predominante. No entanto, nesse processo de institucionalização escolar da diferença, a própria diferença passa a estar regida por certos limites dados pela normalidade, quando o que não entra em questão é a crença geral na educabilidade do homem e na necessidade de governar seus modos de existir para um mundo em que caibam todos. A Modernidade muda de consistência, mas não perde seu caráter fundamental. A afirmação da diferença não pode se dar em qualquer contorno, de uma forma livre de qualquer imposição, ela precisa obedecer, no mínimo, em se tratando da escola, à racionalidade predominante e aos modos de convívio convencionais.

O que intuo em tal discurso recorrente, no qual é necessário respeitar e aceitar a diferença dos anormais, é que apesar de termos modificado o slogan – de um tempo em que tínhamos escolas especiais para escolarização dos anormais, hoje levanta-se a bandeira da Inclusão, anunciando que todos podem aprender coletivamente – queremos conviver com essa diferença, aceitá-la, sim, mas ainda numa tentativa de fazer tudo caber na mesma ordem. Esse é um novo momento histórico que traz também o controle social, a defesa da sociedade de que trata Foucault (2001). Estabelecemos o controle na Modernidade Líquida, não da mesma forma que outrora o fizemos, através das Escolas Especiais, por exemplo, ou então, para lembrar Foucault (2002b), através dos Manicômios, das Prisões, dos Hospitais; mas estabelecemos o controle social, aqui especialmente o controle da normalidade através de mecanismos mais abertos, mais fluidos, como a reintegração social, a Inclusão, querendo reaproximar aquilo que foge, que escapa da normalidade, para que seja possível conviver em sociedade.

O conjunto das práticas acaba, então, capturado pela lógica que Foucault descreve como o Pensamento do Mesmo, ainda que a referência mais explícita seja a da garantia das diferenças individuais. Mesmo para ser diferente há que seguir algum padrão, existe uma norma a ser seguida e talvez não haja outro modo para garantir uma relativa harmonia de convívio neste mundo. Quero ressaltar que os discursos da Inclusão acabam funcionando como uma estratégia de indução à *tolerância* e à *aceitação* das diferenças incorporadas no nosso cotidiano. Com isso, evidentemente, garantem práticas sociais importantes e que minimizam uma série de injustiças. Aqui, no entanto, não é esse o alvo da crítica. A problematização que venho fazendo diz respeito ao modo como essa política de inclusão pode não tocar aquilo que talvez seja o principal: o predomínio e a hegemonia de uma lógica que faz o pensamento continuar obedecendo à formalidade da razão e o convívio social aos preceitos modernos de convivência *pacífica* e ordem do Estado.

Com o conjunto dessas análises vou exercitando um olhar sobre os discursos concebidos como produtores de múltiplos efeitos. Os discursos, sendo práticas que fazem os saberes funcionar como jogos de poder, não são uniformes, homogêneos, transparentes ou naturais. São, antes de tudo, efeitos que constituem nossos modos de existir e conviver. Nem sempre produzem apenas aquilo que emblematicamente defendem ou promovem. Há uma espécie de avesso, que não é o *outro lado* ou o *lado oculto*, mas o próprio efeito imprevisto ou inesperado do discurso. De qualquer forma, *imprevistos* também produzem impactos importantes sobre o mundo.

Quando há um elogio às diferenças, não se rompe, necessariamente, com os valores da Modernidade, pois se faz esse elogio a partir do mesmo solo: a Igualdade, valor convencional da Modernidade ética e política. O que se pretende ainda é fazer uma adequação da sociedade frente à moralidade moderna, agora, talvez, com estratégias tanto mais flexíveis quanto eficientes. O mundo

contemporâneo caminhou na direção de sua flexibilização, de seu *amolecimento* e, com isso, foram geradas novas tecnologias de controle social - boa parte delas direta e irremediavelmente dependentes dos saberes científicos que continuam determinando os modos adequados de conhecer.

Com essas análises que venho trazendo quero dizer que, se em um determinado momento funcionavam mecanismos fundamentalmente disciplinares para garantir a igualdade, a sociedade contemporânea se organiza de outros modos. Com estratégias disciplinares a sociedade captura o anormal e o traz para o convívio com os normais. Entretanto, em tempos de Modernidade Líquida, compomos outras formas de captura a esse anormal, formas mais fluidas, talvez de controle social, que também participam de uma Sociedade de Normalização produzida no ocidente desde o século XVII.

O discurso da Inclusão torna-se um projeto de proteção e ordem, como um projeto de defesa social (Foucault, 2001). O projeto de defesa social cria diferentes estratégias de proteção/controla ao perigo: a psiquiatria, a justiça e por que não dizemos também que a educação está a serviço desse projeto, como uma das estratégias para normalizar o sujeito incorrigível. O discurso da Inclusão, aproximando o anormal do convívio com os normais, torna-se mais um mecanismo de proteção em defesa da sociedade, em busca de um mundo onde todos tenham o *seu* lugar.

O que entendo desses discursos é bem mais que uma ativação pela igualdade de todos, mas uma ordem que “[...] funciona essencialmente como defesa social” (Foucault, 2001, p. 404). Sem dúvida, a Modernidade trouxe as possibilidades para proliferação dos discursos sobre a Inclusão. Hoje os portadores de necessidades especiais não são jogados na fogueira, não são sumariamente barrados do convívio social. O processo de inclusão é evidente. No entanto, diferentemente de ser *uma bandeira de todos os brasileiros*, percebo uma tentativa incessante de defesa social, para que seja possível a inclusão domesticada de todas as diferenças. Um movimento de civilização de todas as forças que fujam aos modos convencionais de saber e conviver prescritos pela moral moderna.

Com isso, quero dizer que essas duas tecnologias que consolidam a Sociedade de Normalização se complementam: estratégias de normalização do anormal, através de uma intervenção que é individual ao corpo do sujeito e estratégias de controle social, intervenções coletivas que buscam minimizar o risco social, por meio de mecanismos de segurança coletiva. Creio ser importante entendermos que esse projeto, de forma alguma, busca a exclusão dos anormais. Muito pelo contrário. A proposta aqui é incluí-los cada vez mais nessa sociedade, através das tecnologias disciplinares e do biopoder.

A Inclusão como política pública brasileira não se refere apenas à inserção de alunos com necessidades educativas especiais em espaços de escolarização regular de ensino. A Inclusão hoje se refere a desenvolver a Educação através de trabalhos específicos, de promoção do aluno incluído em processos que

tragam a melhoria do trabalho educativo. O que percebo em tudo isso, como venho apontando, é a clara operação de uma tecnologia de defesa social associada a um processo crescente de individualização. Apesar de todas as remessas do projeto de Inclusão à consolidação de uma igualdade humana dada *a priori*, consigo perceber, ainda, os traços de uma política que tem cada vez menos em seu bojo a busca por uma *sociedade justa* nos parâmetros do bem comum e da responsabilização do Estado. Cada vez mais predomina o apelo pela garantia das liberdades individuais atreladas a um argumento universalizante de igualdade humana de direitos e um encolhimento progressivo do Estado à mera função de garantidor e gerente das liberdades individuais.

Essa tecnologia não é tão somente um mecanismo de controle pela produção de regularidades, há também muitos ganhos sociais com isso: possibilita-se condições de uma melhoria na qualidade educativa, um aumento da empregabilidade dos *diferentes* oriundo da escolarização, desenvolvimento de saberes escolares específicos e uma maior e desejável sociabilidade.

Meu interesse não é fazer a defesa ou a acusação de uma política pública já consolidada no campo da Educação. O que quero evidenciar é o fato de que essa *nova* ordem discursiva produz ao mesmo tempo efeitos diversos. Se por um lado, o funcionamento de tais discursos torna possível o desenvolvimento de políticas sociais inclusivas de importância na cena social contemporânea, por outro, reafirma e, com isso, de algum modo, fortalece a individualização que marca os modos de organização política da sociedade neoliberal.

Cabe analisar o quanto os discursos das Ciências Humanas, através dos saberes específicos que consolidam e legitimam (relativos à aprendizagem, ao ensino, às práticas de Inclusão) funcionam como estratégias que, sustentadas pelo prestígio da Ciência, colocam a Inclusão no lugar do *verdadeiro*, invisibilizando e calando um conjunto importante de questões que mereceriam ser problematizadas. De modo exemplar, posso me referir aqui ao modo como certa *humanidade* (direitos *humanos*, pessoa *humana*, práticas *humanizadoras*) é tratada em termos universais, como se o *humano* não fosse ele próprio o resultado de um modo de disposição e experiência da cultura, sempre contingente, relativo, datado, localizado, enfim, produzido.

Em nome da ciência, os discursos inclusivos são professados e justificados como *a* saída para a consecução de uma sociedade justa, humana e melhor. Continuam aqui predominando os valores fundamentalmente modernos que pretendem o progresso garantido pela ordem social. Assim, em nome da ciência são feitas, sem desconfiança, as políticas públicas, as legislações educacionais, os processos didáticos e metodológicos.

Com isso, quero dizer que a grande maioria dos discursos educacionais inscrevem-se fortemente na ordem discursiva da ciência e, por consequência, da própria Modernidade. Somos capturados por esse regime de verdade que as faz falar *em nome* da ciência e buscar nessa aliança a garantia de sustentação e legitimidade de seus argumentos. Longe de considerá-los discursos equivocados

dos ou irrelevantes, quero afirmar a força de tais discursos e seu impacto direto sobre a constituição das políticas educacionais e das práticas educativas. Embora alguns deles requeiram certa proximidade com a crítica aos *velhos paradigmas*, acabam por reificar a pretensa superioridade de uma *nova ciência* sobre todos os demais saberes que são, desde sempre, gerados na experiência viva da cultura. Talvez a crítica da Modernidade não seja uma tarefa tão fácil como costuma parecer nos discursos educacionais. As figuras de Modernidade se imiscuem, se infiltram, penetram muito sutilmente em todos os campos e acabam marcando também os discursos que delas pretendem escapar.

Ao entender os anormais como sujeitos a corrigir, a Pedagogia – e as demais ciências do homem – os caracterizam como regulares em sua irregularidade (Foucault, 2001). Nesse sentido, desenvolvem técnicas e procedimentos de correção, tomando como base os saberes já desenvolvidos sobre eles para que o incluído, com suas características cada vez mais apagadas e cada vez mais próximas do regular, seja investido por aparelhos de retificação e normalização da alteridade.

Com tais estratégias, o anormal passa agora a ser capturado pelas malhas das diferentes ciências que estudam esse homem, conseguindo compreender o processo de aprendizagem, de convivência, de vida desse sujeito. Enfim, as ciências continuam a desempenhar o papel desde há muito a elas atribuído, de *defender* a sociedade em nome do progresso.

Com essas problematizações vou concluindo o desenho da Igualdade presente nos discursos educacionais contemporâneos. Busquei problematizar o quanto as Ciências Humanas, a partir da produção de um *conhecimento válido* legitimam e fazem valer, ainda hoje, o ideário da Revolução Francesa que estampa a Modernidade em nossas vidas. Com políticas públicas, práticas pedagógicas, especialistas indicando o caminho *certo*, a astuciosa igualdade se efetiva em nossas ações diárias e põe em funcionamento a sociedade de normalização, por vezes com mecanismos disciplinares, por vezes atuando como controle social.

Ainda que com outras roupagens, a igualdade se consolida na atualidade, sendo possível perceber uma série discursiva que constitui essa figura astuta: a garantia de direitos e os discursos da Inclusão na Educação. Com isso, quis trazer para discussão o processo de Inclusão como um discurso que põe em funcionamento uma sociedade individualista que ainda preza pela configuração de um mundo mais justo, onde caibam todos, mesmo que para isso tenhamos que pagar o preço de abrir mão de nossas diferenças e trazer-mo-nos para o Mesmo pensar, sentir, agir e ser num mundo em que a igualdade, pelo menos a mim, parece ser uma quimera. Com um dos grandes estandartes presentes na Educação hoje, a Igualdade opera com uma justificação pautada na ciência para continuar a tentativa de traçar uma Educação na qual caibam todos, uma escola também para todos, onde é preciso que todos aprendam.

Ainda assim, percebo que estamos amarrados a uma episteme que fortifica a tentativa de aplainamento, na busca de equiparar a todos, em nome dos direitos humanos universais, em nome da inclusão compulsória, mas acima de tudo, em nome da igualdade *natural*.

Hoje quando na Europa somente o animal de rebanho recebe honras, quando a *igualdade de direitos* pode facilmente se transformar em igualdade na injustiça: quero dizer, em uma guerra comum a tudo que é raro, estranho, privilegiado, ao homem superior, ao dever superior, à responsabilidade, à plenitude de poder criador e dom de dominar – hoje o ser-nobre, o querer-ser-para-si, o poder-ser-distinto, o estar-só e o ter-que-viver-por-si são partes da noção de *grandeza*; e o filósofo revelará algo do seu próprio ideal quando afirmar: ‘Será o maior aquele que puder ser o mais solitário, o mais oculto, o mais divergente, o homem além do bem e do mal, o senhor de suas virtudes, o transbordante de vontade; precisamente a isto se chamará grandeza: pode ser tanto múltiplo como inteiro, tanto vasto quanto pleno’. E mais uma vez perguntamos: será hoje – *possível* a grandeza? (Nietzsche, 2005, p.107). [grifos do autor].

Finalizo esta análise da figura da Modernidade que elegi, indagando sobre a difícil tarefa de não ser capturado pelos discursos de igualdade que recorrentemente evidenciam-se em nossas vidas, fazendo com que ajamos bem ao contrário da grandeza anunciada por Nietzsche. Minha tentativa foi criar outras possibilidades para olhar discursos modernos que nos capturam e nos ensinam a ser sujeitos nesse mundo contemporâneo. Busquei criar combates de guerra justa para pensar sobre a Igualdade como estratégia de regulação que justifica a necessidade de criar um mundo mais humano e mais justo para vivermos. Mas, afinal, quem disse que quero viver nesse mundo? Talvez a saída seja, como Nietzsche nos ensinou, viver extemporaneamente ou, pelo menos, travar essa guerra, para lutar cotidianamente.

Recebido em maio de 2008 e aprovado em janeiro de 2009.

Notas

1 Se num determinado momento o governo se dava por um princípio de racionalidade da justiça soberana, Foucault vai mostrar que a partir do século XVII vimos experienciando uma outra forma de governo: o governo racional do Estado. Um governo que coloca em funcionamento técnicas de dominação aplicadas sobre si mesmo e sobre os outros.

2 A pergunta a que me refiro é anunciada por Foucault quando, ao apresentar seu livro de 1966, anuncia um texto de Borges. Perturbando a tranquilidade do nosso pensamento, o texto citado evidencia outras formas, não convencionais para nós, de pensar, problematizando assim a nossa única e Mesma maneira de colocar em funcionamento nossos pensamentos, dito por Foucault como uma “[...] prática milenar do Mesmo e do Outro” (Foucault, 2002a, p.IX).

3 É importante deixar claro que faço uma aproximação estratégica com Bauman para referir-me ao caráter geral de uma Modernidade tratada por ele como líquida. Para isso, sirvo-me especialmente do estudo *Modernidade Líquida* (2001) no qual o referido sociólogo desenvolve as noções centrais de seu pensamento.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 25. ed. Editora Vozes, 2002b.
- NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Ecce Homo**: de como a gente se torna o que a gente é. Porto Alegre, L&PM, 2003.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal**: prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- QUEIROZ, André. **O presente, o intolerável...** Foucault e a história do presente. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

Paula Corrêa Henning é professora adjunta e pesquisadora do Instituto de Educação e dos Programas de Pós-Graduação em Educação Ambiental e Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Atualmente trabalha com questões referentes à ciência, epistemologia e currículo.
E-mail: paula.henning@ig.com.br